



PROCURADORIA DA REPÚBLICA - RIO DE JANEIRO

CRIMINAL

Data de Autuação: 19/05/2021

Data da última conversão: 22/06/2021

Procedimento Investigatório Criminal - PIC

1.30.001.001934/2021-05

Volume I

Capa:

Matéria do JN do dia 18/05/2021 que noticia que empresas teriam sido escolhidas sem licitação para reformas em galpões e sede do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro, durante a gestão de Eduardo Pazuello como Ministro da Saúde.

Resumo:

Matéria do Jornal O Globo dia 18/05/2021

Partes:

ENVOLVIDO - EDUARDO PAZUELLO e outros

Distribuição:

PR-RJ - 19/05/2021 - PR-RJ-29º Ofício

Grupo temático principal:

5ª Câmara - Combate à Corrupção

Tema:

3642 - Crimes da Lei de licitações (Crimes Previstos na Legislação Extravagante/DIREITO PENAL)

Observação:

Município(s):

RIO DE JANEIRO - RJ

Movimentado para:

19/05/2021 - PR-RJ/GABPR10-APV - ANDREIA PISTONO VITALINO

RIO DE JANEIRO

Empresas foram escolhidas sem licitação para reformas em galpões e sede do Ministério da Saúde durante a gestão de Pazuello

AGU identificou as dispensas de licitação a duas empresas contratadas para a reforma na sede do Ministério da Saúde no RJ e em galpões na Zona Norte do Rio. Pandemia foi usada como justificativa para urgência.

Por Arthur Guimarães, Leslie Leitão, Marco Antônio Martins e Pedro Bassan, **Jornal Nacional**

18/05/2021 21h09 · Atualizado há 2 horas

JN revela contratos suspeitos do Ministério da Saúde na gestão de Pazuello

Durante a gestão de **Eduardo Pazuello** no Ministério da Saúde, militares escolheram, sem licitação, empresas para reformar prédios antigos no Rio de

Janeiro. E, para isso, usaram a pandemia como justificativa para considerar as obras urgentes.

A Advocacia Geral da União identificou dispensas de licitação a duas empresas contratadas para:

- Reformas de galpões na Zona Norte da capital
- A reforma na sede do Ministério da Saúde no estado do RJ

Galpões

No RJ, mais de 820 mil pessoas já tiveram Covid-19. O número de mortos ultrapassou os 48 mil. Entretanto, parte dos investimentos dos recursos públicos foram usados para reformar galpões para guardar arquivos.

Em junho, o general Eduardo Pazuello reforçou a presença de militares na Superintendência Estadual do Ministério no RJ. Na ocasião, ele nomeou o coronel da reserva George Divério para chefiar a instituição no estado.

Anteriormente, o coronel dirigia uma fábrica de explosivos.

Em novembro, num período de 2 dias, Divério autorizou duas contratações sem licitação que somam cerca de R\$ 28,8 milhões.

Só no preço dos galpões foi de R\$ 8,9 milhões. Essa área fica em Del Castilho, na Zona Norte da cidade.

A escolhida para a reforma foi a empresa Lled Soluções. Os dois sócios da empresa já se envolveram em um escândalo em contratos com as Forças Armadas.

Fábio de Rezende Tonassi e Celso Fernandes de Mattos eram donos da Cefa-3, que fornecia material de informática para a Aeronáutica, em 2007. Uma investigação mostrou que o material vendido não foi entregue, em uma fraude aos cofres públicos de mais de R\$ 2 milhões.

No processo na Justiça Militar, Fábio Tonassi foi condenado à prisão em terceira instância, mas segue recorrendo em liberdade. A empresa Cefa-3 está proibida de celebrar contratos com o Governo Federal por cinco anos, até 2022.

Os mesmos sócios abriram uma empresa nova, a Lled. Eles continuam apresentando as Forças Armadas como principais clientes. No governo Bolsonaro, a empresa ganhou R\$ 4 milhões em contratos. A sede da empresa não tem nem nome na porta.

O processo de reforma dos galpões é mantido em sigilo no portal público do Ministério da Saúde. A postura foi criticada pelo advogado e professor Carlos Ari Sundfeld, um dos principais especialistas em contratos públicos do país.

"A publicidade, transparência da administração pública é um requisito da moralidade para evitar desvios. E, no caso da pandemia, como se autorizou, em algumas situações, a fazer contratos sem licitação. A lei exigiu ainda mais transparência, mais rapidez em colocar as informações - todas elas - à disposição do público. Se as informações não estão disponíveis, tem alguma coisa errada".

Sede do Ministério da Saúde

Procurando os contratos secretos, o Jornal Nacional encontrou indícios de fraudes numa obra ainda maior e bem mais cara. Também no mês de novembro, o coronel da reserva George Divério autorizou uma reforma na sede do Ministério da Saúde no RJ.

O valor do contrato é de R\$ 19,9 milhões. Novamente, não houve licitação.

A obra foi considerada urgente com os mesmos argumentos usados no galpão. Nas propostas são os mesmos argumentos, incluindo longos trechos idênticos.

A obra inclui reforma do auditório com 282 poltronas novas custando R\$ 2,8 mil cada uma.

"Numa pandemia, é urgente contratar remédios, contratar equipamentos, contratar profissionais que atendem diretamente a população. Mas não é urgente reformar prédios públicos pra fins burocráticos e outras finalidades que são comuns, são do dia-a-dia da administração. Essas coisas não podem ser contratadas sem licitação sob o pretexto de que nós estamos numa pandemia", diz Carlos Ari.

Nesta quarta-feira (19), o Ministério da Saúde informou vai apurar os fatos citados e, caso haja indícios de irregularidade, tomará as medidas cabíveis e encaminhará o assunto para as demais instâncias competentes.

Em Magé, na Baixada Fluminense, a reportagem encontrou Jean Oliveira, dono e único gestor da SP Serviços, que está inscrita na prefeitura como micro-empresa. Por telefone, ele disse que foi convidado a fazer a obra.

"Na verdade, como é dispensa, você é convidado, né?! Como você já fez trabalho para União, eles têm um site, né. As empresas que fizeram trabalho e concluíram, né?. Aquelas empresas que fizeram trabalho e concluíram e manda para você orçar. Você orça e dá o preço. É assim que funciona. Entendeu?"

Os únicos contratos da SP Serviços com a União tinham sido com a Imbel, indústria de Material Bélico, ligada ao Exército. Exatamente com a fábrica da Estrela, fábrica de explosivos que na época era dirigida pelo coronel da reserva George Divério, o homem nomeado por Pazuello para comandar o ministério no Rio.

Divério contratou três vezes a empresa de Jean Oliveira sem licitação.

Depois de assinados, os contratos da reforma do ministério e dos galpões foram anulados. Mesmo assim, a AGU quer que a investigação continue.

A ideia é verificar se há indícios de conluio entre servidores e a empresa contratada. Os pareceres reconhecem que os prédios precisam de reformas, mas afirmam que agora só seria possível fazer obras ligadas à segurança e nada mais.

O que dizem os citados

A Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro (SEMS-RJ) divulgou uma nota sobre as contratações:

A Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro (SEMS-RJ) informa que atuou dentro da normalidade em relação à dispensa de licitação 09/2020, realizando pesquisa de preço com mais de 10 empresas.

Em relação às dispensas 10/2020 e 11/2020, a Superintendência não autorizou o início dos trabalhos e pediu parecer à Consultoria Jurídica da União (CJU/RJ). Após resposta da CJU/RJ, os processos foram anulados e encaminhados à Corregedoria-Geral do Ministério da Saúde.

Cabe esclarecer que os documentos elaborados no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) só podem ser acessados e consultados pelas pessoas envolvidas na construção. Caso haja a necessidade de consulta dos processos, a solicitação pode ser feita com base na Lei de Acesso à Informação (LAI).

Por fim, a SEMS-RJ ressalta que atua com transparência e lisura nos processos administrativos e assistenciais, prestando contas aos órgãos de controle e à população.

Já a Lled disse que a abertura da empresa não tem nenhuma relação com a CEFA -3. "Cabe ressaltar, inclusive, que a CEFA-3 e a LLED atuam em atividades distintas". Sobre a decisão da Advocacia Geral da União, em relação à reforma do galpão do Ministério da saúde, "respeitamos e entendemos as razões. Vale ressaltar que a empresa LLED é apta a participar de licitações, tanto de forma técnica, quanto de forma fiscal".



O Assunto

O novo conflito entre Israel e Gaza

15 00:00 / 25:12 15



Veja também

Bom Dia Rio

Mulher que estava com MC Kevin diz que funkeiro pulou varanda ao saber que a esposa o procurava

No depoimento, Bianca afirmou que fez sexo com Kevin e o acompanhou até a varanda. Às 18h30 de domingo, com o receio de ser pego pela mulher, a advogada Deolane Bezerra, Kevin, segundo ela, o funkeiro tentou pular para o apartamento de baixo, mas acabou caindo.

19 de mai de 2021 às 06:05

Próximo >

Mais do G1

AO VIVO

ASSISTA: Pazuello é pressionado a responder sobre colapso do oxigênio

Falha no abastecimento em janeiro matou pacientes asfixiados em Manaus.



Há 4 minutos — Em Política

Detalhes da investigação

Moraes aponta movimentação financeira atípica ligada a Salles

Ministro do STF autorizou buscas em inquérito sobre exportação ilegal de madeira.



Em Blog do Valdo Cruz

Salles chama operação da PF de 'exagerada' e nega envolvimento em exportação ilegal de madeira

Ministro do Meio Ambiente, presidente do Ibama e outros servidores da pasta foram alvos de operação da PF, autorizada pelo STF, que apura exportação de madeira para EUA e Europa.

▶ 2 min

Em Política

AO VIVO

Governo de SP fala do combate à pandemia no estado; assista

Estado em uma fase de transição da quarentena mais flexível desde o dia 8 de maio.



Em São Paulo

Fase de transição é estendida até 31 de maio nas cidades das regiões de Ribeirão Preto, Franca e Barretos

Durante o período, governo de SP alterou limite de capacidade dos estabelecimentos de 30% para 40%. Já a partir de 1º de junho, horário de funcionamento das atividades será ampliado até as 22h.

FASE DE TRANSIÇÃO ATÉ 31 DE MAIO E NOVAS REGRAS A PARTIR DE 01 DE JUNHO		PLANO SÃO PAULO	SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO
24 DE MAIO A 31 DE MAIO	A PARTIR DE 01 DE JUNHO		
ATIVIDADES COMERCIAIS <i>Atendimento presencial entre 6h e 21h</i>	ATIVIDADES COMERCIAIS <i>Atendimento presencial entre 6h e 22h</i>		
ATIVIDADES RELIGIOSAS <i>Atividades presenciais individuais e coletivas</i>	ATIVIDADES RELIGIOSAS <i>Atividades presenciais individuais e coletivas</i>		
SERVIÇOS GERAIS	SERVIÇOS GERAIS		
RESTAURANTES E SIMILARES: <i>Consumo local entre 6h e 21h</i>	RESTAURANTES E SIMILARES: <i>Consumo local entre 6h e 22h</i>		
SALÃO DE BELEZA E BARBEARIA: <i>Atendimento presencial entre 6h e 21h</i>	SALÃO DE BELEZA E BARBEARIA: <i>Atendimento presencial entre 6h e 22h</i>		
ATIVIDADES CULTURAIS: <i>Atendimento presencial entre 6h e 21h</i>	ATIVIDADES CULTURAIS: <i>Atendimento presencial entre 6h e 22h</i>		
ACADEMIAS DE ESPORTE: <i>Atendimento presencial entre 6h e 21h</i>	ACADEMIAS DE ESPORTE: <i>Atendimento presencial entre 6h e 22h</i>		
ATÉ 40% DA CAPACIDADE DE OCUPAÇÃO DO ESTABELECIMENTO TOQUE DE RECOLHER: 21H ÀS 5H	ATÉ 60% DA CAPACIDADE DE OCUPAÇÃO DO ESTABELECIMENTO TOQUE DE RECOLHER: 22H ÀS 5H		
TELETRABALHO PARA ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS NÃO ESSENCIAIS ESCALONAMENTO DO HORÁRIO DE ENTRADA E SAÍDA DE ATIVIDADES DO COMÉRCIO, SERVIÇOS E INDÚSTRIAS			

Em Ribeirão Preto e Franca

Região de Campinas é mantida na fase de transição até fim de maio; capacidade de ocupação dos estabelecimentos sobe para 40%

Em junho, governo estadual vai aplicar nova fase do Plano SP, com maior horário e capacidade de atendimento em comércios.

FASE DE TRANSIÇÃO ATÉ 31 DE MAIO E NOVAS REGRAS A PARTIR DE 01 DE JUNHO	
24 DE MAIO A 31 DE MAIO	A PARTIR DE 01 DE JUNHO
ATIVIDADES COMERCIAIS <i>Atendimento presencial entre 6h e 21h</i>	ATIVIDADES COMERCIAIS <i>Atendimento presencial entre 6h e 22h</i>
ATIVIDADES RELIGIOSAS <i>Atividades presenciais individuais e coletivas</i>	ATIVIDADES RELIGIOSAS <i>Atividades presenciais individuais e coletivas</i>
SERVIÇOS GERAIS	SERVIÇOS GERAIS
RESTAURANTES E SIMILARES: <i>Consumo local entre 6h e 21h</i>	RESTAURANTES E SIMILARES: <i>Consumo local entre 6h e 22h</i>
SALÃO DE BELEZA E BARBEARIA: <i>Atendimento presencial entre 6h e 21h</i>	SALÃO DE BELEZA E BARBEARIA: <i>Atendimento presencial entre 6h e 22h</i>
ATIVIDADES CULTURAIS: <i>Atendimento presencial entre 6h e 21h</i>	ATIVIDADES CULTURAIS: <i>Atendimento presencial entre 6h e 22h</i>
ACADEMIAS DE ESPORTE: <i>Atendimento presencial entre 6h e 21h</i>	ACADEMIAS DE ESPORTE: <i>Atendimento presencial entre 6h e 22h</i>
ATÉ 40% DA CAPACIDADE DE OCUPAÇÃO DO ESTABELECIMENTO TOQUE DE RECOLHER: 21H ÀS 5H	ATÉ 60% DA CAPACIDADE DE OCUPAÇÃO DO ESTABELECIMENTO TOQUE DE RECOLHER: 22H ÀS 5H
TELETRABALHO PARA ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS NÃO ESSENCIAIS	

Em Campinas e Região

Profissionais da educação começam a ser vacinados contra covid-19 em Manaus: 'alívio', diz professora

Prefeitura informou que há, em média, 25 mil cadastros de profissionais da educação para vacinação em Manaus.

Em Amazonas

Polícia encontra mais de 300 porções de drogas em residência de Piracicaba e suspeito é preso

Entorpecentes foram encontrados com a ajuda de um cão de faro.



Em Piracicaba e Região

VEJA MAIS

últimas notícias

Globo Notícias

© Copyright 2000-2021 Globo Comunicação e Participações S.A.

[princípios editoriais](#) [política de privacidade](#) [minha conta](#) [anuncie conosco](#)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-RJ-00046349/2021 DOCUMENTO DIVERSO**

Signatário(a): **LUCIA HELENA DA SILVA**

Data e Hora: **19/05/2021 13:17:55**

Autenticado com login e senha

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 52b29b4d.98bbe4fe.6c6e3a9f.d85d9692

PR-RJ-00046353/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - RIO DE JANEIRO
GABINETE DE PROCURADOR DA REPÚBLICA

Despacho nº 13375/2021

Referência: PR-RJ-00046349/2021

Assunto: Instaurar NF

- 1 - Autue-se em Notícia de Fato.
- 2 - Após, encaminhe-se ao Coordenador do NCC, para livre distribuição, ficando o GAECO à disposição para auxílio nas investigações.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 2021.

EDUARDO RIBEIRO GOMES EL HAGE
PROCURADOR DA REPÚBLICA

PR-RJ-00046487/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado no Rio de Janeiro
(GAECO/MPF/RJ)

PR-RJ-00046487/2021

DESPACHO

Tendo em vista a notícia vinculada no Jornal Nacional, dia 18/05/2021, encaminha-se a Notícia de Fato ao Coordenador do NCC para as providências cabíveis.

Registro, desde já, que o GAECO coloca-se à disposição para auxílio do caso.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 2021.

EDUARDO RIBEIRO GOMES EL HAGE
PROCURADOR DA REPÚBLICA

Assinado com login e senha por EDUARDO RIBEIRO GOMES EL HAGE, em 19/05/2021 15:41. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave B56FA689.28406CF2.99FE8F58.01BC113A



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - RIO DE JANEIRO
GABPR41-ERGE - GABINETE DE PROCURADOR DA REPÚBLICA

Termo de Remessa

(Gerado automaticamente pelo Sistema Único)

Expediente:

1.30.001.001934/2021-05

Remetente:

GABPR41-ERGE - GABPR41-ERGE - EDUARDO RIBEIRO GOMES EL HAGE

Destinatário:

DICRIMEX/PRRJ - DICRIMEX/PRRJ - DIVISÃO CRIMINAL EXTRAJUDICIAL DA
PR/RJ

Usuário:

LUCIA HELENA DA SILVA

Data:

19/05/2021 16:30:36

Observação:

PARA O COORDENADOR DO NCC



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - RIO DE JANEIRO
COORDENADORIA JURÍDICA E DE DOCUMENTAÇÃO DA PR/RJ
DIVISÃO CRIMINAL EXTRAJUDICIAL DA PR/RJ
CERTIDÃO DE PRÉ-AUTUAÇÃO

Referência: 1.30.001.001934/2021-05

Certifico que, na data de 19/05/2021, foi efetuada pesquisa no Sistema Único, menu Consulta - Correlatos - autos adm/judiciais, utilizando como parâmetros:

Texto: EDUARDO PAZUELLO - MINISTÉRIO DA SAÚDE

GALPÕES - MINISTÉRIO DA SAÚDE - RIO DE JANEIRO

REFORMA - SEDE - MINISTÉRIO DA SAÚDE - RIO DE JANEIRO

LLED SOLUÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO - 09/2020 - 10/2020 - 11/2020

Não sendo encontrado nenhum procedimento de natureza penal/cível tendo como objeto os fatos investigados na presente comunicação em trâmite na PR-RJ. O referido é verdade e dou fé.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 2021.

BRUNO RICARDO PINHEIRO ARRUDA
CHEFE DA DICRIMEX



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - RIO DE JANEIRO
DIVISÃO CRIMINAL EXTRAJUDICIAL DA PR/RJ

Termo de Distribuição e Conclusão

(Gerado automaticamente pelo sistema)

Expediente: PIC - 1.30.001.001934/2021-05

Os presentes autos foram distribuídos conforme descrição a seguir:

Titularidade da Distribuição

Ofício Titular: PR-RJ-29º Ofício

Grupo de Distribuição: Criminal - NCC - Núcleo de Combate a Corrupção

Forma de Execução: Automática

Conclusão da Distribuição

Vínculo: Titular

Responsável: ANDREIA PISTONO VITALINO

Ofício Responsável: PR-RJ-29º Ofício

Forma de Execução: Automática

Usuário: BRUNO RICARDO PINHEIRO ARRUDA

Data: 19/05/2021 17:33:23



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - RIO DE JANEIRO
DICRIMEX/PRRJ - DIVISÃO CRIMINAL EXTRAJUDICIAL DA PR/RJ

Termo de Remessa

(Gerado automaticamente pelo Sistema Único)

Expediente:

1.30.001.001934/2021-05

Remetente:

DICRIMEX/PRRJ - DICRIMEX/PRRJ - DIVISÃO CRIMINAL EXTRAJUDICIAL DA PR/RJ

Destinatário:

GABPR10-APV - GABPR10-APV - ANDREIA PISTONO VITALINO

Usuário:

BRUNO RICARDO PINHEIRO ARRUDA

Data:

19/05/2021 17:33:23

Observação:

Conclusão automática para o Ofício Titular - PR-RJ/GABPR10-APV - Chefia da Unidade: ANDREIA PISTONO VITALINO - Ofício da Distribuição: PR-RJ-29º Ofício - GABPR10-APV

DESPACHO

A NF aponta irregularidades nas dispensas de licitações promovidas pelo Ministério da Saúde referentes a reformas em 2 galpões localizados na zona norte do Rio reformas na sede do MS no RJ.

Ao que parece as dispensas seriam as de números 09/2020, 10/2020 e 11/2020.

Ante os indícios de irregularidades e as poucas informações constantes nos autos, entendo pela necessidade de realização de diligências preliminares para verificar o teor da NF.

Desta feita, determino a conversão da NF em Procedimento Investigatório Criminal.

- 1) Ao Assistente para elaboração de portaria;
- 2) À Assessoria para que busque em fontes abertas, informações sobre as dispensas apontadas na NF, a fim de aferir se os objetos correspondem aos narrados na peça;
- 3) Após checar quais são os procedimentos sobre os quais pairam indícios de irregularidades, oficie-se ao Ministério da Saúde para que forneça cópia, ou acesso eletrônico se assim estiver disponível, dos referidos procedimentos de dispensa de licitações e os contratos deles decorrentes; bem como informe se houve apuração quanto às apontadas irregularidades envolvendo as dispensas nº09/2020, 10/2020 e 11/2020, e outras se assim apontar a pesquisa do item 1;
- 4) Oficie-se à AGU, solicitando informações acerca de eventual apuração instaurada acerca da dispensas mencionadas no item 2;

Rio de Janeiro, 21 de maio de 2021.

Assinado com certificado digital por ANDREIA PISTONO VITALINO, em 21/05/2021 18:23. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave F1105131.BA482252.9157FA44.D131040B



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO DE JANEIRO**

29º Ofício do Núcleo de Combate à Corrupção
Av. Nilo Peçanha, 31, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20.020-100 – Tel (21) 3971-9300

Portaria de Procedimento Investigatório Criminal MPF/PR/RJ/GAB/APV

Referência: Notícia de Fato nº 1.30.001.001934/2021-05.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, previstas nos arts.127, caput e 129, ambos da Constituição da República de 1988, bem como na Resolução nº 77/2004, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº181, de 7 de agosto de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO o vencimento do prazo de tramitação da Notícia de Fato nº 1.30.001.001934/2021-05;

CONSIDERANDO os fatos noticiados no bojo da Notícia de Fato nº 1.30.001.001934/2021-05, a qual se remete a possível prática de ilícito penal presente no art. 312, CP e, além disso, dispensa indevida de licitação, tendo tal representação se baseado em investigação jornalística e consequente matéria acerca de empresas escolhidas sem licitação para reformas em galpões e sede do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro, durante a gestão de Eduardo Pazzuello como Ministro da Saúde.

CONSIDERANDO a necessidade de realização de diligências no âmbito ministerial para melhor elucidação dos fatos, de forma a possibilitar o oferecimento de denúncia, acordo de não persecução penal ou mesmo arquivamento dos autos;

Determina:

Converta-se a presente Notícia de Fato em Procedimento Investigatório Criminal.

Rio de Janeiro, 24 de maio de 2021

ANDRÉIA PISTONO VITALINO
PROCURADORA DA REPÚBLICA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - RIO DE JANEIRO
GABINETE DE PROCURADOR DA REPÚBLICA

Termo de Apensamento

(Gerado automaticamente pelo sistema)

Expediente Principal:

PIC - 1.30.001.001934/2021-05

Expediente Apensado:

NF - 1.30.001.002326/2021-18

Usuário:

GUIDO COELHO DE MAGALHAES BASTOS

Data:

14/06/2021 21:05

Observações:

Conforme despacho PR-RJ-00057303/2021, exarado por ANDREIA PISTONO VITALINO



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO DE JANEIRO

29º Ofício do Núcleo de Combate à Corrupção

Av. Nilo Peçanha, 31, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20.020-100 – Tel (21) 3971-9300

Ref.: PIC 1.30.001.001934/2021-05

DESPACHO

Cuida-se de Procedimento Investigatório Criminal instaurado com base em indícios de irregularidades na atuação do Ministério da Saúde em relação à reforma de dois galpões localizados na Zona Norte do Rio de Janeiro e da sede do Ministério da Saúde no estado do Rio de Janeiro.

Da apuração jornalística inicial apontou-se que, em junho, o Ministro General Eduardo Pazuello reforçou a presença de militares na Superintendência Estadual do Ministério no RJ. Na ocasião, ele nomeou o Coronel da reserva George Divério para chefiar a instituição no estado.

Em novembro, num período de 2 dias, Divério teria autorizado duas contratações sem licitação que somariam cerca de R\$ 28,8 milhões. A sociedade empresária escolhida para a reforma foi a empresa Lled Soluções.

Nesse mesmo mês teria sido autorizada também reforma na sede do Ministério da Saúde. O valor deste contrato teria sido de R\$ 19,9 milhões. Segundo a narrativa, a obra foi considerada urgente. Nesse caso a empresa atuante teria sido a SP serviços.

Em ambas as ocasiões não há publicidade dos procedimentos licitatórios no

Portal Transparência.

Assim, considerando a similitude na linha do tempo apresentada e a gravidade dos fatos narrados, faz-se necessário mais diligências em busca de informações.

Diante do exposto, **determino** oficie-se ao Ministério da saúde para que envie informações acerca de todas as contratações com LLED SOLUÇÕES e SP SERVIÇOS. Além disso, para que envie cópia das supostas dispensas de no 09/2020, 10/2020 e 11/2020 relativas às reformas dos galpões e da sede do Ministério da Saúde no RJ.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 2021

ANDRÉIA PISTONO VITALINO
PROCURADORA DA REPÚBLICA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - RIO DE JANEIRO
GABINETE DE PROCURADOR DA REPÚBLICA

Termo de Conversão

(Gerado automaticamente pelo Sistema Único)

Expediente:

1.30.001.001934/2021-05

Classe de origem:

Notícia de Fato

Classe de destino:

Procedimento Investigatório Criminal

Data prevista de finalização:

20/09/2021

Usuário:

GUIDO COELHO DE MAGALHAES BASTOS

Data:

22/06/2021 14:14